



Supervalorização dos CBIOs penaliza distribuidoras regionais



CBIO

**Freper, a voz do setor
de combustíveis
no Congresso Nacional**

**Deputado Paulo Ganime
fala dos avanços
da Lei do Gás**

BRASILCOM



FEDERAÇÃO BRASILCOM



Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis do Estado de Goiás



Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis do Estado de Mato Grosso



Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis do Estado de Minas Gerais



Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis do Estado do Paraná



Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis do Estado de Pernambuco



Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis do Estado do Rio Grande do Sul



Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis do Estado de São Paulo



Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis do Estado de Santa Catarina



Sumário

- 5 Editorial**
BRASILCOM em nova fase!
- 6 Artigo**
BRASILCOM ganha espaço como representante das distribuidoras regionais
- 7 Entrevista**
FREPER em defesa da discussão sobre a transição energética
- 10 Artigo**
O papel das Frentes Parlamentares
- 11 Sindicatos**
À frente do SINDISUL Roberto Tonietto ressalta o trabalho da BRASILCOM na mediação entre os sindicatos
- 12 Acordo**
Parceria BRASILCOM e PETRONAS beneficia consumidor e agrega valor às distribuidoras
- 14 Matéria de Capa**
Supervalorização do CBI0: quem paga a conta?
- 16 Cartilha CBI0***
- 18 BRASILCOM e PUC-Rio apresentam balanço sobre o RenovaBio**
- 19 Artigo**
Biocombustíveis – a expansão das rotas tecnológicas
- 20 Entrevista**
A Lei do Gás, as energias renováveis e os seus impactos no país
- 24 Artigo**
A monofasia na tributação dos combustíveis e as novas medidas implementadas
- 25 Pelo Mundo das Associadas**
ATEM
Barco de Pesquisas
Doação de sangue
- 26 POTENCIAL**
Potencial em Betim
CHARRUA
Transição de marca

** A BRASILCOM produziu uma cartilha didática, que explica o funcionamento e os problemas existentes nos CBI0s. Ela está disponível para download no link <https://brasilcom.com.br/site/conheca-a-cartilha-da-brasilcom-sobre-cbio/>*



**Publicação da Associação
das Distribuidoras de Combustíveis
BRASILCOM**

Ano 01 / Nº 01 Julho/Agosto/Setembro de 2022

Av. Rio Branco, 120, sala 415 – Centro
CEP 20040-001 – Rio de Janeiro – RJ
Telefones: (21) 3197-0049 / (21) 3197-0050

brasilcom@brasilcom.com.br
www.brasilcom.com.br

Conselho Editorial

Abel Leitão
Sergio Massillon
Fábio Caldas
Lourdes Rodrigues

Editora

Lourdes Rodrigues

Direção de Arte e Diagramação

Joaquim Roddil

Apoio Administrativo

Danielle Rendeiro

Jornalista responsável

Lourdes Rodrigues (MTB 12.649)



**Associação das Distribuidoras de Combustíveis
BRASILCOM**

Diretoria Executiva

Presidente

Maurício Rejaile

1º Vice-Presidente

Jefferson Rejaile

2º Vice-Presidente

Abel Leitão

Diretor Institucional

Sergio Massillon

Diretor Jurídico

Claudio Araújo

Diretor de Relações do Trabalho

Thomas Albuquerque

**Diretor de Abastecimento
e Defesa da Concorrência**

Carlos Germano

Diretor de Regulamentação e Meio Ambiente

Jorge Infurna



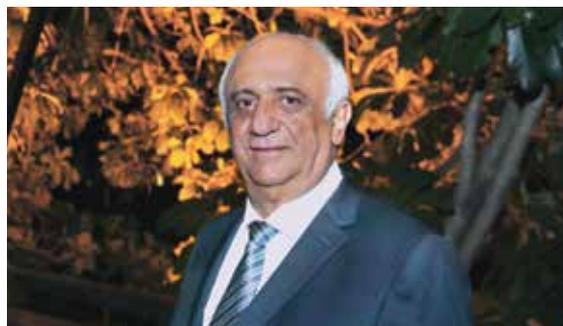
BRASILCOM em nova fase!

É com grande satisfação que me dirijo a todos, principalmente às nossas associadas, para comemorar esta nova fase que iniciamos, seja na Associação ou na Federação BRASILCOM, com a primeira publicação da revista BRASILCOM EM AÇÃO.

Me refiro a uma nova fase porque, além de termos contratado a assessoria de comunicação da LS, empresa conceituada que está promovendo maior visibilidade da nossa instituição nas diversas mídias, conseguimos atingir o expressivo número de oito sindicatos estaduais filiados à Federação, que contam ao todo com mais de quarenta distribuidoras associadas. Diante de tamanho crescimento, vale relembrar um pouco da história recente da BRASILCOM.

Quando iniciei meu primeiro mandato como presidente, a instituição era ainda uma associação. O nome já era BRASILCOM, mas tratava-se do Sindicato das Distribuidoras Regionais, e ainda sem o devido registro no Ministério do Trabalho. Nessa época, éramos onze associadas que, através de uma incansável luta seguida de várias demandas judiciais envolvendo as gigantes do setor, tínhamos o firme propósito de defender a permanência e a perenidade das nossas empresas no mercado de distribuição de combustíveis. Desde então, trabalhamos fortemente para defender o livre mercado, mitigar assimetrias na distribuição e garantir uma competição sadia e igualitária entre grandes, médias e pequenas distribuidoras.

Importante salientar que a Federação BRASILCOM tem grande acesso a todas as entidades, órgãos públicos e autarquias ligadas ao segmento de combustíveis. Somos convidados continuamente para participar e opinar em audiências públicas, grupos de trabalho organizados pela Agência Nacional do Pe-



tróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), grupos de trabalho do Ministério de Minas e Energia, além da participação em reuniões de outros Ministérios quando o tema é o setor de combustíveis.

A BRASILCOM também é fundadora e participante ativa da Frente Parlamentar para o Desenvolvimento do Petróleo e Energias Renováveis (FREPER), que conta com um grande número de deputados federais e senadores associados, participa da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e da Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC).

Contudo, neste momento de grandes transformações políticas e econômicas no setor de combustíveis relativas à questão da tributação, das novas regras na comercialização, da obrigatoriedade de aquisição dos títulos de carbonização (CBI0s) por parte das distribuidoras, da privatização de duas refinarias e da possibilidade de privatização de outras, entre tantos outros temas, a competente e dedicada diretoria da BRASILCOM continua atuando ininterruptamente na defesa das nossas associadas, no combate à fraude, na busca de um mercado regido pela legalidade, e para que todos os envolvidos paguem os devidos tributos e respeitem as leis.

Um grande abraço a todos e boa leitura.

Maurício Rejaile
Presidente da Brasilcom



BRASILCOM ganha espaço como representante das distribuidoras regionais

Por Abel Leitão*



Nos últimos anos, a BRASILCOM tem investido em ações para expandir sua visibilidade e firmar-se como entidade séria e representativa das distribuidoras regionais de combustíveis presentes em todo o país. E temos conseguido, com a ampliação de nossa relevância política nos temas mais sensíveis de nosso setor junto a autoridades e órgãos governamentais, nos guiando pela credibilidade, transparência e respeito pela sociedade. A BRASILCOM está consciente do momento delicado pelo qual o setor de distribuição regional passa e, por isso, tem trabalhado incansavelmente em várias frentes para superar os constantes desafios. Algumas vitórias já foram alcançadas, mas ainda temos muito a fazer.

Nesse caminho, não poderíamos ficar sem um veículo de comunicação à altura, além de todos os canais digitais próprios já implementados, e assim, é com enorme prazer que voltamos a publicar nossa revista BRASILCOM EM AÇÃO em formato digital, que pode ser baixada em nossos sites. A publicação é resultado do trabalho conjunto da BRASILCOM com a consultoria empresarial LS, com o objetivo de trazer temas, visões e experiências relevantes ao nosso setor para conhecimento e reflexão. Não menos importante é o espaço para publicidade e divulgação das marcas de nossas Associadas e parceiros.

Nesta primeira edição da BRASILCOM EM AÇÃO, destacamos o aumento de custo descontrolado do CBIO, resultado da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) que possui inúmeros problemas,

sendo um deles o fato de a obrigatoriedade da compra de CBIOs estar na distribuição, quando experiências internacionais recomendam que a obrigatoriedade deve estar junto à refinaria e aos importadores. Há ainda questões de formato, como uma comercialização em um "pseudo" mercado de balcão (B3), com total assimetria em favor dos ofertantes (além de claro conflito de interesse) e sem fiscalização da CVM ou Banco Central para coibir práticas especulativas e abusivas.

A BRASILCOM deixa claro que é defensora de programas de descarbonização, mas para mostrar as distorções atuais do RenovaBio, lançamos em 12 de julho o segundo estudo feito pela PUC-RJ com um balanço dos três anos de implementação do projeto denominado Programa RenovaBio: Contexto e Evolução entre 2020 e 2022.

O trabalho, conduzido por cientistas conceituados, traz recomendações e alertas feitos ainda no primeiro estudo, em 2020, e que não foram seguidas e atualmente se tornaram graves problemas, com o preço do CBIO superior a R\$ 200 (500 % de aumento) impactando o preço final dos combustíveis ao consumidor.

A BRASILCOM segue trabalhando em todas as frentes institucionais, seja no Executivo, Legislativo ou Judiciário para defender nosso setor e esperamos que esta revista, com o apoio de vocês, seja mais uma aliada nessa batalha.

**Vice-presidente executivo da BRASILCOM*



FREPER em defesa da discussão sobre a **transição energética**

Para o deputado Christino Áureo, setor de petróleo e gás é parte essencial para essa transição

Por Carlos Franco e Duda Esteves

O Brasil ocupa hoje a sétima posição de maior exportador de petróleo no mundo e com o aumento da produção, a expectativa é de que em cerca de dez anos suba para o quinto lugar. A previsão, a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior e da Agência Nacional do Petróleo (ANP), evidencia a relevância do setor na economia nacional. Não apenas no quesito óleo e gás, mas também na transição energética, que já está em curso. Segundo o deputado federal Christino Áureo (Progressistas-RJ), presidente da Frente Parlamentar para o Desenvolvimento do Petróleo e Energias Renováveis (FREPER), o mercado de petróleo e gás irá rapidamente se desenvolver de forma sustentável, e a qualidade das nossas distribuidoras e sua capilaridade garantirão ao Brasil papel relevante no mercado de energia.

Confira a entrevista completa:

Qual a importância da FREPER para o setor de petróleo e gás?

O pioneirismo da Frente Parlamentar para o Desenvolvimento Sustentável do Petróleo e Energias Renováveis, a FREPER, é muito marcante e fala por si. Na verdade, durante vários anos esses temas no Congresso Nacional não tiveram a abordagem adequada, uma frente que pudesse trazer esses temas ao deba-



te. Temos muito orgulho de ter participado da FREPER desde o início, em 2019, e que é um divisor de águas por contar com o apoio e a participação de entidades representativas do setor de petróleo e gás e de energias renováveis. Criou-se o ambiente necessário para tratar de assuntos preponderantes como a transição energética. Não podemos esquecer que existe uma transição em curso, com todos os aspectos que a envolvem. Tudo isso torna a FREPER ainda mais relevante. O mundo inteiro debate hoje a energia e sente seus efeitos, seja na pandemia ou no aspecto de uma guerra na Europa, agora com todos os seus desdobramentos e reflexos em todos os países. Então, temos uma FREPER debatendo em profundidade, com foco na transição e na importância da energia, evita que o setor de petróleo e gás seja demonizado, pois é parte essencial para essa transição.

Quais os projetos em tramitação são prioridade para o setor?

O que temos feito é tratar da pauta prioritária para o setor, que tem na agenda seis grandes temas:

- A pauta tributária e tudo aquilo que a envolve, como a simplificação;
- O mercado de carbono, sabendo que o setor tem bastante influência no tema;



- O licenciamento ambiental, que está no Senado e é um tema sensível e importante para o upstream;

- O devedor contumaz, com potencial de combater a sonegação e moralizar o mercado de combustíveis, retirando dele os que são oportunistas e cometem crimes, comprometendo a imagem de empresas sérias;

- No upstream, o regime de concessão versus a partilha, pois entendemos que a concessão é uma abordagem mais transparente, equânime, de distribuir royalties e oferecer mais segurança jurídica para que os investimentos em óleo e gás se direcionem ao país.

- Oportunidades. No atual momento, com o problema da Rússia e seu entorno, é possível criar oportunidades para o Brasil. Só que sem um arcabouço jurídico, podemos perder essa janela. Temos novas descobertas na região da margem equatorial, com a Venezuela novamente aberta ao investimento. É preciso ficarmos atentos para não perdermos a oportunidade de atrair investimentos. O preço do combustível é a pauta do momento, e temos que discutir o assunto com profundidade, uma vez que estamos sendo atropelados nesta agenda.

Nesse sentido, na sua avaliação, qual o futuro do setor de petróleo e gás no país?

O setor de petróleo e gás tem um papel muito relevante no mundo e especificamente no Brasil. O país está hoje na sétima posição de maior exportador e deverá subir nos próximos cinco ou seis anos, atingindo um patamar que colocará na quinta posição. Isso faz com que sejamos grandes no mercado global, além do que, a exportação de óleo poderá ser o principal item da nossa pauta. Embora aqueles que não entendem o setor argumentem que faz parte da velha economia, toda a transição energética estará ancorada nas nossas reservas de óleo, e, usan-

do o gás para o que pudermos, teremos um parque energético preparado para o futuro. A qualidade das nossas distribuidoras e a sua capilaridade garantirão ao Brasil papel relevante no mercado de energia. O futuro, portanto, reserva um papel extraordinário para a cadeia produtiva de óleo e gás, adaptando a legislação para atrair investimentos.

Como vê o papel da Petrobras e das pequenas e médias distribuidoras que chegam às cidades do interior e têm papel destacado regionalmente?

O papel da Petrobras é amplamente reconhecido. É nossa principal empresa, e a principal empresa da América Latina. Mas aqui, quero destacar a relevância das pequenas e médias distribuidoras. Elas têm feito o combustível chegar aos lugares mais distantes, e hoje estão reunidas em torno da BRASILCOM, que merece o respeito de todos por estar combatendo os ilícitos nesse importante setor da cadeia de óleo e gás. Papel significativo que aplaudo, sobretudo dessas empresas que estão na ponta para que o combustível esteja disponível mesmo quando um caminhoneiro faz trajetos em estradas ruins e pouco assistidas. O papel dessas empresas é crucial, e via a FREPER temos defendido que tenham condições competitivas para atuarem.

Que medidas podem ajudar a manter o setor de distribuição em plena atividade?

As medidas são as da nossa pauta, sendo a principal a pauta tributária para que as distribuidoras possam atuar em condições competitivas no mercado. Vejo também a questão do devedor contumaz como central para promover uma assepsia no setor. E na questão do preço, é preciso criar condições para que não sejam prejudicadas. Para tal, a questão regulatória precisa estar atenta para preservar a con-

corrência, evitando a formação de cartéis e processos que prejudiquem pequenas e médias empresas que atuam na distribuição. As regras precisam levar em conta o futuro do setor de distribuição.

E como, na sua avaliação, estas empresas irão sobreviver no cenário de transição energética em curso, com as novas fontes de energia?

As empresas do setor vêm se transformando em empresas de energia, conjugando segmentos como o de energia eólica e solar. As distribuidoras de combustíveis estarão evidentemente se preparando para atuar em novas frentes. Hoje, vários postos já abastecem veículos híbridos, a gás natural e, em breve, elétricos e outras formas de energia. Muitas

ampliarão a sua atuação no mercado, o que é uma tendência natural.

Fale da importância das frentes parlamentares para o setor de petróleo e gás, como a FREPER.

As frentes parlamentares são importantes para qualquer setor. Para o setor de petróleo e gás são cruciais, pois esse debate estava esterilizado, distante, e agora temos a oportunidade de trazer os temas relacionados à cadeia de produção mais próximo de todos. Quero enaltecer e agradecer o apoio da BRASILCOM, que é pioneira e que, juntamente com o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), tem exercido o importante papel de fortalecer o debate, ensejando de esperança o avanço do setor e do país como um todo.

(+55) 47 9 9976 0884 | socionsolucoes.com.br

Consultoria tributária



Segurança Jurídica

Análise realizada com base nos entendimentos da Receita Federal do Brasil



Alta tecnologia

Através dos arquivos fiscais nossa equipe realizará o cruzamento eletrônico das informações visando a apuração e recuperação de ativos tributários



Trabalho Validado

Distribuidoras, TRR's e Postos de Combustíveis já tiveram seus créditos de Pis e Cofins deferidos pela Receita Federal e creditados em conta corrente

✓ Parceiro Brasilcom

✓ Parceiro SindTRR

>>> ATENDIMENTO EM TODO O BRASIL <<<



22 Anos

Socion

CONSULTORIA
E ASSESSORIA



O papel das Frentes Parlamentares



Por Andressa Gonçalves*

S abemos que existem várias frentes parlamentares, cada uma com seu objetivo, mas é importante comentar um pouquinho do porquê da existência dessas associações. Nesse sentido, vamos falar sobre como a democracia é peça fundamental nesse segmento, uma vez que sem a participação popular e da sociedade civil organizada, ora instituída pela redemocratização por meio da nossa Constituição de 1988, jamais teríamos como nos posicionar, defender nossos interesses e, principalmente, nos organizar em forma de grupos de pressão a fim de garantir espaço para o debate dentro do Congresso Nacional.

Assim, o objetivo principal da democracia participativa é fazer com que todas as variedades de grupos sociais que convivem dentro de uma mesma comunidade possam ser ouvidas e, conseqüentemente, que se desenvolvam ações para atender às necessidades de todos. Portanto, essa introdução se torna primordial para o entendimento do funcionamento das frentes parlamentares como sendo as principais ferramentas atuais do uso da democracia representativa e participativa. Isso significa que, a

institucionalização de uma frente parlamentar é o principal canal de representação do interesse de um setor ou de uma classe.

Vale ressaltar que tais frentes são constituídas por parlamentares de diversos partidos e correntes ideológicas distintas, e que apesar de serem diversos, a pluralidade de suas ações permite que os deputados formem coalizões a fim de garantir a voz de determinado setor.

Sendo assim, a Frente Parlamentar para o Desenvolvimento do Petróleo e Energias Renováveis (FREPER) possui como objetivo principal ser voz do setor de combustíveis dentro do Congresso Nacional, sendo a primeira do segmento no Poder Legislativo. Além disso, objetiva discutir e contribuir para a transição energética e o uso eficiente de combustíveis fósseis e renováveis, aprimorar a legislação e normas regulatórias desse segmento, visando, por meio de políticas públicas, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e a valorização do trabalho de quem produz, distribui e revende.

Com o apoio da BRASILCOM e do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), a FREPER atua na defesa do desenvolvimento do mercado no combate à sonegação, na sua regulamentação eficaz e na defesa da qualidade dos combustíveis visando os benefícios para os consumidores em preços e qualidade dos produtos. Por fim, a frente objetiva a união do setor de energia fóssil ao de outras formas de energia a fim de garantir e apoiar o desenvolvimento desse setor tão importante e que gera milhares de empregos em todo o país.

**Cientista política formada pela Universidade de Brasília – UNB é secretária-executiva na Frente Parlamentar para o Desenvolvimento Sustentável do Petróleo e Energias Renováveis (FREPER).*



À frente do SINDISUL **Roberto Tonietto** resalta o trabalho da BRASILCOM na mediação entre os sindicatos

Para o empresário, a parceria entre os sindicatos é fundamental para as conquistas de objetivos comuns

Por Lourdes Rodrigues e Duda Esteves



Para atender às necessidades específicas da região, o SINDISUL foi criado em 2015 com a meta de agregar e auxiliar empresas e trabalhadores do setor de combustíveis do Rio Grande do Sul. “Como os objetivos das grandes corporações eram diferentes, foram criados os sindicatos estaduais, mais próximos das características regionais”, diz Roberto Tonietto, em seu segundo mandato como presidente do SINDISUL.

Ainda que cada região tenha suas necessidades e características, muitos dos objetivos dos estados do país são os mesmos. Dessa forma, a colaboração entre os sindicatos estaduais é importante, e a presença da BRASILCOM nesse caminho, fundamental. “Não vivemos em uma ilha, o trabalho é conjunto com outros sindicatos: Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. É muito importante estarmos sempre conectados. Não tem como ser diferente. E sob o guarda-chuva da BRASILCOM, de suma relevância nessa construção.”

As negociações com os trabalhadores acontecem todos os anos, e as discussões são abertas normalmente em janeiro, e podem durar meses – como em 2022, em que a negociação foi finalizada apenas em maio. Tonietto destaca que, apesar de difíceis, os dois lados sempre chegam a um acordo e saem satisfeitos com os ganhos. “Todo ano é feita essa negociação

com os trabalhadores e todo ano temos sucesso. Criamos uma proximidade muito grande com o sindicato laboral, onde um entende a necessidade do outro. Isso está sendo um processo bastante construtivo.”

O Rio Grande do Sul viveu momentos difíceis nos últimos anos em termos tributários, esteve endividado e com problemas de estrutura. “Nosso estado passou por anos muito difíceis. Nos últimos 15 anos os impostos sobre os combustíveis estiveram mais altos, o ICMS passou para 30%. Isso encareceu muito os produtos e gerou endividamento. O que não é bom para as empresas e reduz consumo. Tivemos que aumentar capital de giro”, explica Tonietto. Em 2022 o governo conseguiu baixar esses impostos, o ICMS foi reduzido para 25% e o estado criou fôlego financeiro, sendo hoje um dos três maiores produtores de biodiesel do país, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Após período delicado vivido na economia, o momento é de inovar e manter a competitividade. É preciso um diferencial para se sustentar no topo com a alta concorrência na distribuição. “As empresas têm que fazer o dever de casa, com redução de custos, lançamento de novos produtos e serviços. A criatividade é a chave para a sobrevivência no mercado”, conclui Tonietto.



Parceria **BRASILCOM** e **PETRONAS** beneficia consumidor e agrega valor às **distribuidoras**



Rogério Lüdorf
CEO da Petronas

Para a PETRONAS, o Brasil tem importância estratégica, pois representa uma das maiores operações de lubrificantes da empresa no mundo

Por Carlos Franco e Lourdes Rodrigues

Em abril deste ano, a BRASILCOM fechou um acordo pioneiro com a PETRONAS para a distribuição e comercialização de lubrificantes da empresa por suas mais de 40 Associadas, que congregam cerca de 3 mil postos e 20% de market share do setor.

Para o presidente da BRASILCOM, Maurício Rejaile, essa parceria amplia os benefícios aos consumidores. "Além disso, estimula a competição sadia de mercado e agrega valor ao negócio das distribuidoras de combustíveis." O vice-presidente executivo da BRASILCOM, Abel Leitão, acrescenta que o acordo permite às Associadas ampliarem o leque de produtos oferecidos ao mercado. "Trata-se de um projeto inovador, que atenderá à demanda do mercado por lubrificantes de primeira linha."

Em entrevista à BRASILCOM, o presidente da PETRONAS no Brasil Rogério Lüdorf enfatiza a importância das distribuidoras, fala da parceria com a BRASILCOM e traz detalhes sobre o mercado de lubrificantes. Confira:

Qual a importância do Brasil para a PETRONAS?

O Brasil tem uma importância estratégica para a PETRONAS, pois representa uma das maiores operações de lubrificantes da empresa no mundo. Essa relevância do País está totalmente refletida no nível de investimento que a companhia tem feito em diversas frentes. Entre elas, ampliação e modernização da planta de produção, equipamentos de última geração para desenvolvimento e testes de produtos, lançamento de novos produtos e serviços, automação de processos, plataformas de e-commerce, e investimentos no varejo, que compõem o portfólio de crescimento da marca PETRONAS. Somente nos últimos cinco anos, a empresa investiu aqui em torno de R\$ 40 milhões.

Como tem sido a atuação da empresa no setor de lubrificantes? É um setor competitivo? Quais os diferenciais da PETRONAS?

O setor de lubrificantes no Brasil se caracteriza por ser um dos mais maduros e competitivos do mundo, com mais de 140 empresas cadastradas na ANP. No entanto, vemos que essa forte competitividade acaba sendo benéfica para os clientes, pois faz com que as companhias estejam sempre buscando a inovação para oferecer melhores produtos e serviços. A PETRONAS se destaca pela sua capacidade de responder rapidamente às necessidades do mercado, com o lançamento de novos produtos, lubrificantes para veículos híbridos e plataformas digitais que oferecem uma experiência 360º aos nossos clientes, além de serviços ex-

clusivos para atender a todos os canais e setores da economia. A PETRONAS também segue atenta à evolução da indústria e tem na sua plataforma 4.0 um forte viés de diferenciação que já é percebido pelo mercado.

Qual a importância do acordo da PETRONAS com a BRASILCOM?

Vemos essa parceria com a BRASILCOM como um grande diferencial, dando atenção a um canal que, até certo ponto, é pouco estimulado pelo setor de lubrificantes. O acordo amplia os benefícios para os consumidores, eleva a competição sadia no mercado e agrega valor ao negócio das distribuidoras de com-

bustíveis. Essa parceria estratégica visa difundir ainda mais a marca PETRONAS no Brasil, levando produtos de qualidade, desempenho e tecnologia de última geração para todas as regiões.

Qual seu entendimento sobre a importância das distribuidoras no atendimento da população?

Entendo que as distribuidoras são fundamentais na cadeia de suprimentos do setor, pois fomentam a competitividade no mercado e agregam uma série de produtos e serviços aos clientes. E essa competição saudável, além de trazer benefícios tangíveis aos consumidores, coloca o Brasil numa posição de destaque global nesse setor.



BOMBA PRIME S

SONDA MAG-D

A dupla que garante confiabilidade para o seu posto.



-  Segurança antifraude aumentada
-  Garantia do volume e da qualidade do combustível abastecido
-  Prontas para o RTM e recuperação de vapores
-  Redução do custo de manutenção e muito mais



www.gilbarco.com/br



Gilbarco Veeder-Root





Supervalorização do CBIO: quem paga a conta?

No atual modelo do programa RenovaBio, as distribuidoras regionais sofrem os efeitos das recentes altas dos preços dos CBIOs, uma vez que têm a obrigatoriedade de compra dos certificados, e o consumidor, que chega a pagar R\$ 0,15 a mais por litro de combustível ao abastecer seu veículo.

Por Lourdes Rodrigues

Criado pela lei 13576/17, o programa RenovaBio – com o objetivo de incentivar a produção e o consumo de biocombustíveis – lançou os CBIOs: títulos de crédito de carbono que devem ser comprados, obrigatoriamente, pelas distribuidoras de combustíveis e são emitidos por produtores de etanol e de biodiesel.

No entanto, esse processo de compra e venda dos CBIOs torna esse mercado desequilibrado, onde a parte compradora (distribuidoras) tem obrigações e prazos enquanto a parte vendedora (produtores de etanol e biodiesel) se obriga a registrar os certificados, mas tem a opção de não os oferecer à venda. “Essa assimetria contribui para que os preços dos certificados aumentem progressivamente, com os consequentes impactos nos preços da gasolina e do diesel. Agravando a situação, temos agentes com presença nos dois lados (produtor e distribuidor) com significativos volumes, quer de emissão de certificados quanto de compra”, afirma o vice-presidente da BRASILCOM, Abel Leitão.

Essa distorção entre a oferta e demanda fez com que os preços dos CBIOs sofressem uma inflação de

quase 500%, com o valor de cada certificado, com valor médio de R\$ 50 no início deste ano, chegando a R\$ 200 em junho. “Com o CBIO a R\$ 200, há uma forte sangria de recursos do consumidor beneficiando um setor econômico (produtor de álcool e biodiesel) na ordem de mais de R\$ 7 bilhões por ano. Além desse custo adicional pago pelo consumidor, esse mercado assimétrico causa uma possível concorrência predatória, por abuso de poder econômico”, acrescenta Leitão.

Segundo o executivo, o ideal seria termos um mercado de comercialização de CBIOs com obrigações semelhantes para ambas as partes, e fiscalização de órgãos governamentais (o que não é exigido hoje), o que permitiria que o preço fosse, efetivamente, definido pela conjunção da oferta com a demanda, o que determinaria o preço dos CBIOs de forma equilibrada e justa.

Dessa forma, a obrigatoriedade e prazo de venda para os emissores dos CBIOs, novos agentes, tanto emissores quanto partes obrigadas, e um novo modelo de negociação dos títulos são algumas propostas que o setor de distribuição sempre levou aos órgãos governamentais desde a criação do RenovaBio, prin-



principalmente a de que a parte obrigada à compra fosse o produtor ou importador de derivados de petróleo. “Hoje, tais medidas são mais do que urgentes para adequação do programa de descarbonização do mercado de combustíveis. É caso de sobrevivência para muitas distribuidoras regionais e fundamental para um mercado de justa concorrência”, diz o diretor jurídico da BRASILCOM, Claudio Araújo.

Araújo esclarece que, as distribuidoras que aguardaram a safra de cana deste ano esperavam que haveria mais CBIOS sendo colocados à venda pelas usinas e com isso o preço baixaria, mas não foi isso que aconteceu e os preços dos créditos de carbono dispararam em alta numa clara compensação de preços do etanol em virtude das medidas tributárias promovidas pelo governo para baixar os preços dos combustíveis. “Tal comportamento do mercado de CPIO acaba por afetar negativamente o planejamento financeiro e estratégico das distribuidoras regionais, que não têm como adquirir os CBIOS ao preço atual, pois não têm a capacidade de repassar tais valores em sua formação de preços, além do alto custo do capital de giro para adquiri-los”, complementa Araújo.

Com base nos números da obrigação de compra estimada e do potencial de disponibilidade de CBIOS em efetiva oferta de venda, o cenário já é preocupante a partir deste ano. Estima-se uma crescente defasagem entre a capacidade do mercado de gerar certificados em quantidade suficiente para que sejam atingidas as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A BRASILCOM entende que cabe ao Conselho reanalisar suas projeções e adequar as obrigações à efetiva capacidade de produção de biocombustíveis e emissão de certificados. Como alternativa, pode-se promover a expansão dos setores emissores de certificados para ampliar a base de oferta e permitir a pluralidade do programa, tornando factíveis as expectativas de geração de créditos para comercialização.

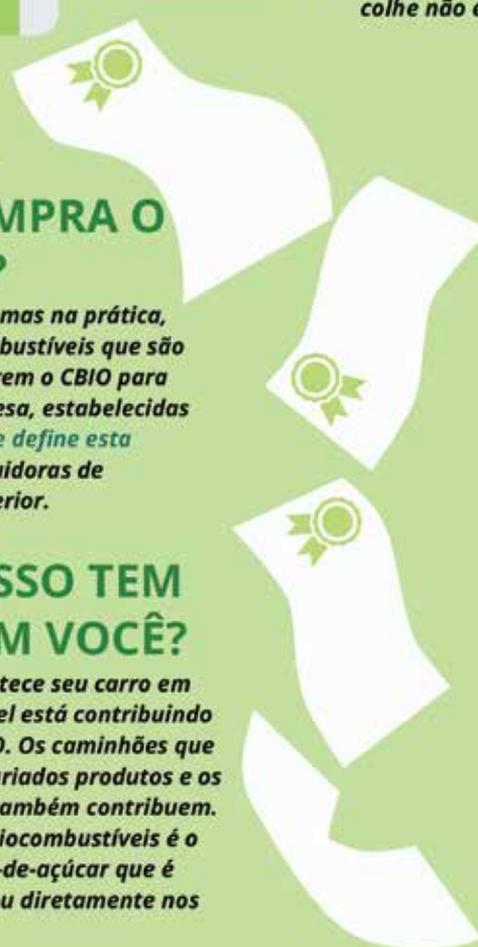
A BRASILCOM reafirma sua defesa de programas de descarbonização, mas enfatiza que o programa Renovabio necessita de uma revisão urgente, incorporando experiências internacionais, que foram recomendadas em trabalho realizado pela BRASILCOM em conjunto com a PUC-RJ (vide box). Destaca ainda o fundamental aspecto de que tais experiên-



APRESENTA

1- VOCÊ SABE O QUE É CBIO?

É o Crédito de Descarbonização (CBIO) na forma de um título emitido por produtores de biocombustíveis e que pode ser comercializado como ativo dentro do programa de governo RenovaBio (Lei 13.576/17). Um CBIO equivale a uma tonelada de carbono evitada na atmosfera. Quem emite o CBIO? Os produtores de etanol e biodiesel. Onde é negociado? No balcão da B3 (antiga BOVESPA). Quem é beneficiado? O produtor. E o agricultor? Quem planta e colhe não é beneficiado pelo CBIO.



3- QUEM COMPRA O CBIO?

Qualquer um pode comprar, mas na prática, são as distribuidoras de combustíveis que são obrigadas, por lei, a comprarem o CBIO para cumprirem metas, por empresa, estabelecidas por órgãos de governo. O que define esta meta? As vendas das distribuidoras de gasolina e diesel no ano anterior.

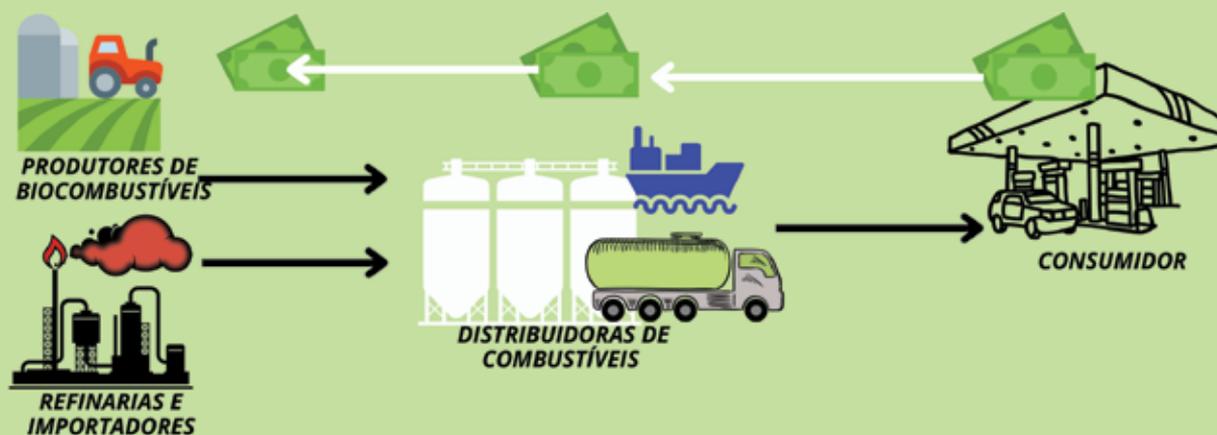
4-O QUE ISSO TEM A VER COM VOCÊ?

Cada vez que você abastece seu carro em um posto de combustível está contribuindo para o mercado de CBIO. Os caminhões que transportam os mais variados produtos e os ônibus de passageiros também contribuem. O mais conhecido dos biocombustíveis é o etanol oriundo de cana-de-açúcar que é adicionado à gasolina ou diretamente nos veículos.

2-QUEM EMITE O CBIO?

A emissão é feita unicamente pelos produtores de biocombustíveis. O CBIO foi classificado em uma nova categoria de ativo, criada exclusivamente para ele. Como bem ambiental, ele não está sujeito à fiscalização usual da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), uma espécie de xerife do mercado de capitais, e do Banco Central (BC). O CBIO é comercializado no balcão da B3 (antiga Bovespa).





5- SE O CBIO É BOM PARA O MEIO AMBIENTE, ENTÃO QUAL O PROBLEMA?

5 A- Há um problema sério em torno do CBIO que acaba fazendo você pagar mais caro pelo combustível do seu carro, viagens de ônibus e produtos transportados por caminhões. As distribuidoras são obrigadas a cumprir metas determinadas pelo governo, mas os emissores do título não são obrigados a ofertar CBIO na quantidade demandada. Desta forma, frequentemente ocorrem desequilíbrios no mercado, com elevações substanciais do preço do CBIO. Este valor alto que beneficia os emissores é repassado aos preços e quem paga é toda a sociedade brasileira.

5 B- Na esmagadora maioria dos países, como os Estados Unidos e os europeus, a compra do CBIO é feita pelas refinarias. Isso porque principalmente o refino tem maior capacidade de entregar projetos de redução de emissões devido à natureza potencialmente poluente de suas atividades. No Brasil, a adoção desse modelo aumentaria muito os benefícios ao meio ambiente.

6- O IMPACTO NA VIDA DE UM CAMINHONEIRO

Um tanque de combustível de um caminhão comporta 700 litros de diesel. Supondo um preço médio de R\$ 6,90 por litro, o gasto é de R\$ 4.830,00 por tanque. Com o valor do CBIO custando, em média, R\$ 200,00, as distribuidoras e os postos são obrigados a repassar ao caminhoneiro R\$ 0,15 por litro ou o equivalente a R\$ 105,00 por tanque. Se este caminhoneiro enche três tanques por mês, isto equivale a um gasto adicional de R\$ 315,00, que poderiam ser usados na sua melhor alimentação e saúde, em supermercados e farmácias.

A BRASILCOM apoia o programa Renovabio. O CBIO é uma ferramenta útil, mas apresenta problemas graves na transparência da sua forma de comercialização, no desequilíbrio entre oferta e demanda e na obrigação da compra recair sobre o elo da distribuição e não nas refinarias, como na maioria dos outros países. O impacto negativo de tais distorções recai sobre o bolso do consumidor.



7- QUAL O TAMANHO DO PROGRAMA?

Neste ano de 2022, a meta dada pelo governo às distribuidoras de combustíveis é para a compra de 36,7 milhões de CBIO. Levando em conta o preço médio unitário de um CBIO na faixa de R\$ 200,00, só este ano os distribuidores vão repassar R\$ 7,4 bilhões aos emissores do título. Este valor, que poderia ser bem menor se as distorções apontadas fossem resolvidas, sairá do bolso de toda a sociedade brasileira.





Matéria de Capa

cias não registram a obrigatoriedade da compra de CBIOS pelo setor de distribuição. As boas práticas internacionais demonstram que essa obrigação deve recair sobre o primeiro elo da cadeia de combustíveis – refinarias e importadores – corrigindo um grave problema do mercado de CBIOS. “Dessa forma, o ambiente concorrencial na distribuição de

combustíveis seria mais justo e equilibrado, cabendo-se destacar também a enorme capacidade de contribuição ao meio ambiente que pode ser feita pelo setor de refino, por meio da inovação tecnológica. Esse ajuste se torna ainda mais necessário em um ambiente de provável futura escassez de CBIOS”, conclui Abel Leitão.

BRASILCOM e PUC-Rio apresentam balanço sobre o RenovaBio

O balanço dos três anos de implementação da Política Nacional de Biocombustíveis – RenovaBio foi apresentado em duas oportunidades em julho, uma no dia 12, para jornalistas, e a segunda dia 15, para representantes de órgãos do Governo, como Ministério das Minas e Energia (MME), Ministério da Economia (ME), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério de Infraestrutura, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) entre outros.

Este é o segundo estudo patrocinado pela BRASILCOM feito pela equipe do Departamento de Engenharia Industrial do Centro Técnico Científico da PUC-Rio (CTC/PUC-Rio), fruto de uma parceria de sucesso que já dura três anos. A apresentação ficou a cargo do professor Antônio Márcio Tavares Thomé (PUC-Rio), um dos responsáveis pelo trabalho, que contou com a participação de Allan Cormack (UFRJ) e Carolina Grangeia (COPPE-UFRJ).

Ao analisar os objetivos, fundamentos e princípios do que diz a Lei 13.576/2017 de 26/12/2017, que

criou o programa, a equipe da PUC-RJ sugere possíveis caminhos para o RenovaBio. Entre eles destacamos:

- Necessidade de evoluir na discussão de mecanismo para garantir a oferta de CBIOS pelos emissores ao longo do ano, evitando que a comercialização se concentre em determinado período e/ou comprador.

- Inclusão de novas fontes de geração e emissão de CBIOS (metano, biocombustíveis, querosene de aviação com conteúdo renovável – BioQav) com ampliação das partes autorizadas a emitir CBIOS integrando e desenvolvendo políticas públicas que fomentem o desenvolvimento dos biocombustíveis.

- Ampliação das partes obrigadas à aquisição de CBIOS com a inclusão dos produtores do setor de óleo e gás, incluindo refinadores e importadores, em conformidade com o que ocorre nos programas internacionais de descarbonização e transição energética.



Biocombustíveis – a expansão das rotas tecnológicas

Por Sergio Massillon*

O tema de mistura obrigatória de biocombustíveis ao diesel de origem fóssil esbarra nas diversas rotas de tecnologia que servem a esse propósito. Enquanto no Brasil, 100% do biocombustível para mistura ao diesel é produzido por meio do processo de transesterificação, em diversos países se utilizam produtos oriundos de outros processos industriais, a saber o óleo vegetal hidrotratado (HVO em inglês) e o diesel coprocessado que, já contendo um percentual de biocombustível, pode ser fabricado em unidades dedicadas ou em conjunto com o óleo diesel mineral em unidades de processamento dentro de refinarias de petróleo, permitindo a otimização do uso de hidrogênio – utilizado para produzir o diesel S10. Seu uso na mistura obrigatória permite, além da viabilização da produção de bioquerosene de aviação, otimizar a logística, com o bombeio de produto já pré misturado através da rede de dutos existentes, com consequente redução de custos do produto final.

Muito se discute sobre os efeitos da utilização exclusiva de biocombustível de base éster na qualidade final do produto a ser oferecido ao mercado consumidor. Não se pode negar que essa mistura tem o efeito de diminuir a produção de gases de efeito estufa (GEEs) em comparação com o diesel mineral puro. Ocorre que, com a ampliação da parcela de biodiesel de base éster no diesel, a presença de glicerinas, típicas desse combustível cresce também, o que vem contribuindo para a ocorrência de graves problemas em bombas, bicos injetores e filtros dos veículos a diesel.



Atenta a esses problemas, a ANP está, por meio de consulta pública em andamento, buscando atualizar as especificações do diesel mineral e tem, neste momento, especial oportunidade para expandir o mercado brasileiro de biocombustíveis, incluindo na mistura obrigatória que surgirá depois dessa consulta a possibilidade de se utilizar o HVO e também o diesel coprocessado.

Assim fazendo, a ANP cumprirá o seu papel legal de proteção do interesse dos consumidores (Lei 9.478 Art. 7º inciso I) contribuindo para a melhoria das emissões, reduzindo o impacto das glicerinas e dos contaminantes metálicos presentes no biodiesel de base éster, permitindo o uso da mistura diesel + biocombustível atenda à fase P8 do Proconve (Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores), do Conama (Conselho Nacional do Meio-Ambiente).

**Diretor Institucional da Associação das Distribuidoras de Combustíveis (BRASILCOM).*



A Lei do Gás, as energias renováveis e os seus impactos no país

Como a Lei do Gás e a busca por energias renováveis escancaram a necessidade de um mercado mais competitivo

Por Lourdes Rodrigues e Duda Esteves

Em 2020, o preço do gás para o setor industrial ficou entre US\$ 13,50 e US\$ 14 por milhão de BTU (unidade térmica britânica), mais do que o triplo da média de US\$ 4 praticada nos Estados Unidos e o dobro do que acontece nos países europeus. Um dos principais obstáculos à competitividade da economia nacional é o fato de o Brasil ainda ter uma das mais altas tarifas de gás do mundo. Dessa forma, com o objetivo de aumentar a concorrência e atrair novos investidores, foi sancionada há cerca de um ano a Lei do Gás, de autoria do deputado federal Paulo Ganime (Partido Novo-RJ).

A ideia é trazer competitividade ao setor, reduzindo custos e também o preço final para o consumidor. Segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), com uma queda de 50% nos preços, a indústria triplicará o consumo de gás e poderá ampliar os investimentos em R\$ 150 bilhões até 2030. Para Ganime, a Lei do Gás garantiu segurança para quem quer investir e gerar infraestrutura no setor.

Confira a entrevista completa:



A Lei do Gás completou um ano em abril. Já tivemos algum efeito nesse primeiro ano?

Já temos investimentos acontecendo no Brasil provocados pela Lei do Gás – em termelétricas, transporte de gás, gasodutos. Projetos que estavam parados, ou que não estavam prestes a serem implementados, saíram do papel pela segurança que a Lei garantiu para quem quer investir e gerar infraestrutura no setor.

A população em geral já consegue sentir implicações resultantes dessa Lei?

A Lei do Gás, na verdade, criou facilidades para quem quer investir no setor. O problema do Brasil é que tínhamos o gás sendo produzido junto com o petróleo, em especial no pré-sal. Esse gás tinha dificuldade para chegar no continente, nas usinas, termelétricas e indústrias. Dessa forma, o que o projeto fez foi facilitar a possibilidade de investir nesse setor sem tanta intervenção do estado, sem necessidade de o estado fazer concessões. E aí, o

primeiro efeito esperado era justamente mais investimentos para que esse gás chegue ao consumidor, seja ele uma termelétrica ou uma indústria, que usa o gás como matéria-prima, ou até um usuário que recebe o gás encanado em casa ou no seu comércio.

Quanto é esperado em termos de investimentos e quanto já começou a ser investido?

Mesmo com gargalos estaduais causados por regulamentações locais, o novo marco regulatório já apresenta resultados positivos, especialmente com o início do processo de construção de novos gasodutos e a entrada de novas empresas no mercado. É o começo de uma abertura que, segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), tem potencial para atrair R\$ 150 bilhões em investimentos ao país e para gerar mais de 4 milhões de empregos. Um dos bons frutos para o Rio de Janeiro é o início do processo de construção do gasoduto Itaboraí-Guapimirim, pela Nova Transportadora do Sudeste (NTS). O gasoduto tem 11 km de extensão e ligará a unidade de processamento da Petrobras no Polo GasLub (ex-Comperj) à malha nacional.

Qual a sua visão de futuro para o setor de gás e petróleo no país?

Esse setor ainda é importante para o Brasil. Ainda temos reservas importantes, em especial o gás, que aproveitamos pouco. O Brasil não pode ficar dependente disso a longo prazo, mas vejo que devemos ter um melhor aproveitamento dos campos que ainda não foram explorados. Assim como alongar ao máximo o uso daqueles que já estão sendo explorados. Agora, alguns inclusive são cha-

mados de campos maduros, com aproveitamento continuado por mais tempo, e com a melhor produtividade possível. Isso gera emprego, renda. Gera petróleo, e, conseqüentemente, também impacta no mercado de combustíveis. Isso gera royalties para os estados, municípios. O gás é uma fonte de energia mais barata e menos poluente que o próprio óleo, ou o carvão nas termelétricas. É um caminho de mais baixo carbono, mais aceitável neste momento de transição para energias renováveis. Talvez no futuro já tenhamos toda a energia gerada através de fontes solar, eólica e outras renováveis, mas, nesse caminho de transição, você substituir as térmicas – o carvão, por exemplo – por térmicas a gás, é um caminho correto, já que ela é bem mais barata e menos poluente. E tem em abundância aqui no Brasil. A mesma coisa do próprio uso do gás natural para substituir o petróleo, também vai nessa direção.

Nós temos condições de exportar esse gás?

Já exportamos, e esse era um risco. Na verdade, sem a Lei do Gás, iríamos exportar todo o gás. As companhias iriam liquefazer o gás perto da plataforma de petróleo. Ou seja, você tem a plataforma de petróleo que produz o gás. Você pega esse gás, liquefaz, bota no navio e manda para fora. Isso iria acontecer de alguma forma. Mas, se não tivéssemos a Lei do Gás, não teríamos como pegar esse gás e botar também dentro do continente brasileiro. Então iríamos acabar exportando tudo. Exportar uma parte faz sentido, mas, exportando tudo estaríamos fazendo com que o Brasil não aproveite esse combustível. É possível fazer os dois. O ideal é que tenhamos infraestrutura para esse gás chegar no Brasil, e o excedente, ser exportado.



Como o senhor vê o papel da Petrobras em todo o mercado de óleo e gás?

A Petrobras é uma empresa importante, ela tem uma concentração de mercado muito grande, o que gera também distorções. É mais difícil que existam investimentos privados quando você tem uma empresa do tamanho da Petrobras, com uma concentração de mercado tão grande, e ao mesmo tempo com um controle estatal. É importante que tenhamos um mercado cada vez mais aberto, menos concentrado, e sem o controle do Estado. É importante que a Petrobras tenha o seu papel, que vai ter sempre, mas que esse papel não distorça o mercado e não comprometa a entrada de novos capitais privados – o que aumenta a concorrência e a oferta de combustível, de óleo, de gás. O ideal é um bom equilíbrio, o que não é o caso de hoje – você tem uma Petrobras que, pelo seu tamanho, pela sua concentração, e pelo fato dela ser ainda controlada pelo governo, gera distorções que inibem a entrada de mais capitais e, conseqüentemente, a concorrência.

Isso inclusive em relação ao pré-sal?

Sim. Temos duas propostas importantes, uma até que sou o autor, para mudar o regime de concessão dos campos do pré-sal. Hoje é um regime de partilha, de preferência da Petrobras – ele afasta investidor. Principalmente para os campos que ainda estão disponíveis. No polígono pré-sal já aconteceram os leilões das áreas que eram mais rentáveis, com melhores oportunidades de produção. Agora você tem campos com maiores riscos, menor produtividade. Então, se lembrarmos do último leilão, foram poucos interessados, justamente por conta disso. Desta forma, tenho um projeto de lei para mudar para um modelo de concessão normal e acabar com o modelo

de partilha. A Petrobras pode entrar nesses leilões, participar fazendo joint ventures, por exemplo, que é mais interessante para todo mundo, até para a própria Petrobras. Porque você vai atrair mais investidores, e conseqüentemente, tem mais concorrência. Isso vale para o pré-sal, para os campos ainda não leiloados, mas, também, como mencionei antes, para a questão dos Campos Maduros, que já é um outro caso – são os campos que você já explorou, o nível de produtividade agora está muito mais baixo, e conseqüentemente a rentabilidade é menor, e o interesse das empresas maiores diminui. E se não criarmos um novo modelo que facilita a transferência para empresas menores que tenham interesse em explorar, com participação e pagamento de royalties menor, acaba que não vai ter ali a continuidade adequada desses campos. E com essas empresas menores, você consegue prorrogar a exploração do campo, a produção de petróleo, de gás, o pagamento de royalties e também a geração de emprego. Inclusive, são outros modelos e tecnologias que são usadas, logo, você gera uma quantidade de emprego até proporcionalmente melhor do que a produção em grande escala.

Falamos bastante sobre as novas fontes de energia. Energias renováveis, eólica, fotovoltaica. O senhor acredita que o movimento de transição vai demorar quanto tempo? O Petróleo e o gás vão ser importantes ainda por quanto tempo?

Eu acho que a tendência é o petróleo e o gás não deixarem de existir, diferentemente do que se imaginava lá atrás, que teria uma escassez. Na verdade, o que temos é o surgimento das outras fontes em complemento. E aí, conseqüentemente, é claro que as outras fontes de energia, dentro da matriz energética ganham mais força. E o petróleo, o combustível

fóssil, começa a diminuir na proporção. Mas como temos um aumento na demanda, seja pelo aumento populacional no mundo, como também pela revolução tecnológica, acho que isso vai em uma curva que vai se alongar, mas as outras fontes de energia vão ganhar cada vez mais relevância. E o gás e o petróleo não vão diminuir em termos absolutos, vão diminuir em termos proporcionais nesse processo. E aí, claro, em algum momento acaba, mas acho que é muito mais na questão da proporcionalidade, da relevância, da atratividade da exploração de óleo e gás, do que acabar o uso dele propriamente dito. Acho que as outras fontes são importantes, inclusive para garantir mais segurança energética da visão ecológica e ambiental, por exemplo. Mas também da questão de ter preços melhores, mais baratos. Evitar riscos como os que estamos vivendo agora, por causa da guerra na Ucrânia. Quando temos uma diversidade maior, ficamos menos dependentes de questões geopolíticas, não só de guerra, como também decisões unilaterais de alguns países, ou de organismos internacionais, como OPEP.

A questão tributária também é um problema muito sério nesse setor?

A questão tributária é complicada porque temos, por um lado, os estados, que querem facilidade para tributar e acabam escolhendo os setores que são mais fáceis de tributar. O mercado de energia, eletricidade e o próprio combustível têm cargas tributárias altíssimas. Aprovamos agora o PLP 18, que limita a tributação do ICMS, e em contrapartida tem pressões para que haja subsídios para que existam algumas fontes de energias renováveis. Eu sou favorável de migrarmos cada vez mais para termos um avanço nas energias renováveis, mas não podemos

fazer também com que a população mais pobre pague esse preço. Temos que lembrar que o Brasil já é um país que tem uma matriz energética bastante limpa, comparado com outros países. A energia renovável avança bem aqui, até por conta das condições climáticas. Então não pode esquecer do social nessa discussão da transição. A questão tributária também entra nessa discussão. Esse cuidado na visão tributária é importante, de não gerar uma regressividade na estrutura para justificar os avanços das transições energéticas. Agora, o inverso também acontece. Um exemplo claro disso foi a questão da energia solar. Tinha uma subvenção que contribuía e beneficiava os mais ricos. Que botava energia solar na casa dos ricos com isenção fiscal pago pelo pobre. Encontrar o bom equilíbrio entre como fomentar a transição energética sem fazer o pobre pagar, é algo importante do ponto de vista tributário. Outra coisa importante também é não haver distorções setoriais. Temos potencial energético de acordo com a natureza, as condições geográficas, naturais de cada estado. Não podemos forçar a barra com subsídios fiscais ou imposições legais para gerar energia que não é viável naquele estado, por conta de políticas de desenvolvimento local que não se justificam. Temos regiões do Brasil que são mais favoráveis a energia solar, fotovoltaica, por exemplo. Ótimo, vamos aproveitar isso. Agora, você fazer subvenção para que a energia fotovoltaica aconteça em lugares que são menos interessantes, do ponto de vista da natureza, da exposição ao sol, você acaba gerando distorções que quem paga no final das contas é a população. E o contrário também não pode acontecer. Das estruturas tributárias serem uma barreira para a geração de desenvolvimento, como é o caso da carga tributária elevada, ICMS e tantos outros.



A monofasia na tributação dos combustíveis e as novas medidas implementadas

Por Claudio Araújo*

A tributação sobre os combustíveis é um dos temas que mais despertam o interesse das empresas ligadas ao setor. Os combustíveis, além de terem alta carga tributária, principalmente do ICMS, são muito complexos no que se refere à sua legislação, o que torna difícil a apuração dos valores a recolher e o cumprimento das obrigações acessórias.

Assim, as distribuidoras criaram uma expectativa muito positiva quando da edição da MP 16/2021, que previa a incidência do ICMS uma única vez no produtor e importador, com alíquotas uniformes em todo o Brasil e Ad Rem (reais por litro). E o mais importante é que incluía nesse tipo de tributação o etanol hidratado, que é o combustível que mais sofre com fraudes e sonegação fiscal.

No entanto, ao se converter a medida provisória na Lei Complementar 192/2022, o etanol foi retirado do texto da lei, frustrando a cadeia de distribuição que tinha a esperança de poder competir nesse segmento, visto que tais medidas dificultariam a ação dos devedores contumazes que atuam nesse setor.

A lei complementar 192/2022, em respeito ao que preconiza a CF/88, deixou a cargo dos estados estipularem as alíquotas uniformes em que serão tributados os combustíveis. Nesse ponto, outra frustração para o setor de distribuição. O CONFAZ, órgão formado pelos secretários de fazenda dos estados, ao editar o



Convênio ICMS 16/22, estabeleceu para o óleo diesel, fatores de equalização para cada estado, desvirtuando o objetivo da Lei Complementar, e ainda estabeleceu que as distribuidoras deveriam recolher um complemento nas operações interestaduais, sendo que a Lei Complementar 192/22 estabelece que o tributo incidirá uma única vez no produtor ou importador.

O governo federal ingressou com a ADI 7164 para questionar o convênio ICMS 16/22 e conseguiu, por meio de liminar concedida pelo ministro do STF André Mendonça, que os estados utilizem como base de cálculo do ICMS substituição tributária para os combustíveis, a média dos preços praticados nos últimos 60 meses. Os estados, por meio do Confaz, acabaram por revogar o convênio 16/22 e editaram regras para se adaptar à liminar concedida pelo STF. Mas as médias que servirão de base de cálculo para a cobrança do ICMS substituição tributária são menores que o valor unitário já praticado pelas refinarias, então, o efeito foi nulo.

As entidades do setor de comercialização de combustíveis estão analisando e discutindo os impactos de tais medidas buscando traçar formas de atuação para se fazer cumprir a lei, sobretudo a Constituição Federal.

**Advogado e economista, é diretor jurídico da Associação das Distribuidoras de Combustíveis (BRASILCOM).*



Pelo Mundo das Associadas

Este é um espaço aberto para que nossas Associadas divulguem suas ações e notícias mais relevantes. Veja a seguir o que Atem, Potencial e Charrua têm para contar.

ATEM

Barco de Pesquisas

Caio de Brasi



A Distribuidora Atem construiu e doou para o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) o barco de pesquisas “Roberto dos Santos Vieira”, que irá integrar a maior ação de monitoramento da água, solo e ar do mundo: o ProQAS/AM, programa desenvolvido pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). A doação realizada no primeiro trimestre do ano ocorreu a partir de um Acordo de Cooperação Técnica entre o instituto e a UEA, que ficará responsável pelas pesquisas.

No total, o barco tem 28 metros compostos por quatro laboratórios e cinco camarotes dispostos, com capacidade para atender 10 pesquisadores, incluindo seis marinheiros, uma sala de reuniões e uma cozinha, além de um refeitório, uma lavanderia, sala de reuniões e palestras e uma ponte de comando.

“Nós somamos forças e conhecimento quando promovemos uma iniciativa dessa natureza. A Atem é um grupo que é da região, que atua na região, estabeleceu-se aqui, então tem todo interesse em apoiar projetos de preservação e proteção nesta área”, disse o diretor executivo de Operações e Comercial do grupo Atem, Fernando Aguiar.

Doação de sangue

Outra ação realizada no primeiro trimestre registrou centenas de voluntários que atenderam ao chamado do grupo Superdoadoras, em parceria com a Atem, para doar sangue na Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas (Hemoam), em Manaus. Foi a primeira campanha do ano do grupo de voluntários que tem o objetivo de conscientizar a população a doar com regularidade. O Grupo Atem apoia essa ação desde 2020 por acreditar nas campanhas de solidariedade que se multiplicam e salvam vidas.



Caio de Brasi



POTENCIAL

Potencial em Betim



Minas Gerais vai receber mais uma base de distribuição do Grupo Potencial Petróleo. O projeto já está em execução e será uma base dutoviária na cidade de Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com previsão de início de operação nos próximos 24 meses.

O investimento reforça o otimismo do mercado no estado e vai proporcionar redução do tempo de descarga, segurança e competitividade no fornecimento. “Uma empresa que distribui, produz, transporta, importa e exporta energia precisa investir em estrutura para ter competitividade na complexa estrutura modal do nosso país”, reforça Carlos Eduardo

Hammerschmidt, diretor e sócio do Grupo Potencial. A capacidade instalada estática da base será de 25 milhões de litros, possibilitando movimentar 120 milhões de litros por mês.

CHARRUA

GRUPO
Arco Brasil

Arco Gás Natural

Transição de marca

Com a venda da Distribuidora Charrua e dos dois TRRs da empresa: Charrua Diesel e Arco Diesel para a Sim, o foco da família Eckert agora passará às empresas do Grupo ArcoBrasi: ArcoGás, Transportadora Arco e a empresa Charrua Gás que agora é Arco GásNatural – a maior distribuidora de gás natural comprimido do sul do Brasil.

A compressão do gás é necessária para o transporte rodoviário do gás natural. A Arco GásNatural oferece os serviços de compressão, transporte e comercialização de gás natural para todo o sul do Brasil e está expandindo suas operações para outros estados.

Nos últimos anos, a Arco GásNatural expandiu a distribuição de gás natural para o interior do Rio Grande do Sul, o que gerou um aumento de 35% no consumo dessa energia na região metropolitana, resultando em maior autonomia para os veículos convertidos.

As cidades com postos abastecidos com GNV pela Arco GásNatural são: Lajeado, Casca, Soledade, Pelotas, Santa Maria, Estrela, Pantano Grande, Torres, Viamão, Osório, Santa Cruz do Sul, Vacaria e Capão da Canoa e em breve Passo Fundo e Portão.

Para anunciar na



**Em um mercado competitivo como o de combustíveis,
é preciso se destacar e mostrar o que se faz de melhor.**

**A Revista BRASILCOM EM AÇÃO,
que é enviada a públicos formadores de opinião
e tomadores de decisão do setor energético brasileiro,
é o canal ideal para a sua comunicação.**

**Para anunciar e obter mais informações,
entre em contato:**

Tel: 21-3197-0050

e-mail: brasilcom@brasilcom.com.br



Associação das Distribuidoras de Combustíveis BRASILCOM



www.brasilcom.com.br

Av. Rio Branco, 120, sala 415 – Centro – CEP 20040-001
Rio de Janeiro – RJ – Telefax: (21) 3197-0049 / 3197-0050